



MEMÓRIAS SUBMERSAS: relatos dos Atingidos pela Usina Hidrelétrica Estreito no Documentário “Tocantins: Rio Afogado”

Lígia Regina Guimarães CLEMENTE⁷⁰

Mauro Nascimento CLEMENTE⁷¹

RESUMO: O debate sobre a instalação de usinas hidrelétricas costuma polarizar as visões entre desenvolvimento da matriz energética versus impactos socioambientais e privilegiar determinadas vozes. Este artigo tem como objetivo analisar relatos de moradores atingidos pela Usina Hidrelétrica Estreito no documentário “Tocantins: Rio Afogado”, de 2005. A partir da base teórico-metodológica de autores como Ricoeur e Certeau, observa-se como os relatos de memória dos atingidos encontra espaço para impressões e subjetividades no suporte do documentário, em meio à relação conflituosa, de disputas e negociações entre a comunidade local e o empreendedor.

PALAVRAS –CHAVE: Relatos. Memória. Atingidos. Documentário. UHE Estreito.

ABSTRACT: The debate about the installation of hydroelectric plants usually polarises the visions between development of the energy matrix versus socio-environmental impacts and privileging certain voices. This article aims to analyze the reports of residents affected by the Usina Hidrelétrica Estreito in the documentary "Tocantins: Rio Afogado", 2005. Based on the theoretical-methodological basis of authors such as Ricoeur and Certeau, it is observed how the memory reports of those affected find space for impressions and subjectivities in the support of the documentary, in the middle of the conflictual relationship, of disputes and negotiations between the local community and the entrepreneur.

KEYWORDS: Reports. Memory. Affected. Documentary. UHE Estreito.

1. Introdução

⁷⁰ Mestre em Comunicação e Cultura Midiática pela Universidade Paulista (UNIP). Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É editora de publicações da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: ligiaufma@gmail.com

⁷¹ Mestre em Comunicação e Cultura Midiática pela Universidade Paulista (UNIP). Graduado em Comunicação Social – Rádio e TV pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). É editor de imagens da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: mauronclemente@gmail.com

Este artigo tangencia uma pesquisa de Mestrado que buscou compreender como os diversos atores sociais envolvidos no processo de instalação de um grande empreendimento, como uma usina hidrelétrica, são representados nas diferentes instâncias da esfera midiática. Partiu-se da categorização das instituições que fazem parte desse processo por esferas sociais: do Estado, da sociedade civil; do mercado e da mídia impressa para análises de como os atores sociais, tais quais: o poder público, o consórcio responsável pelas obras; associações; movimentos sociais; organizações não governamentais e comunidade impactada direta e indiretamente (ribeirinhos, agricultores, comerciantes, indígenas e outros) para compreender as formações discursivas e como tais são representados e se fazem representar na mídia.

Conforme observado na pesquisa, nem todas as vozes e atores sociais têm iguais condições nesse debate e espaço nos suportes tradicionais da mídia (CLEMENTE, 2016). Com o intuito de observar os registros desse “homem comum”, muitas vezes silenciado na grande mídia, optou-se aqui por analisar os relatos dos ribeirinhos abarcados em um documentário, o “Tocantins: Rio Afogado”, as subjetividades, angústias e incertezas dos moradores do entorno do rio - que seria mais tarde transformado em um grande lago de uma usina hidrelétrica. Busca-se apreender como esses relatos de memória problematizam as complexas relações intrínsecas ao processo de negociações e também sintetizam as subjetividades da relação do homem com o espaço habitado (e que não são inteiramente abarcadas na legislação que rege a construção de hidrelétricas no país).

Metodologicamente, cabe explicitar que este texto não se trata a rigor de uma análise fílmica de documentário (considerando planos, enquadramentos e trilhas), mas de perceber os relatos dos moradores enquanto possibilidade de narrativa. Reconhece-se também a natureza do gênero documentário enquanto uma representação e não uma reprodução da realidade, como assinala Bill Nichols (2005) “os documentários representam o mundo histórico ao moldar o registro fotográfico de algum aspecto do mundo de uma perspectiva ou de um ponto de vista diferente. Como representação, tornam-se uma voz entre muitas numa arena de debate e contestação social” (NICHOLS, 2005, p.73).

Sob direção de Hélio Brito e João Luiz Neiva Brito, o documentário “Tocantins: Rio Afogado”, de 2005, com duração de 55 minutos, aborda a questão das usinas hidrelétricas ao longo do rio Tocantins e problematiza a relação entre meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico. O documentário aborda três fases do processo por meio de depoimentos de famílias atingidas de três usinas ao longo do curso do rio: o caso da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa (GO), em funcionamento há 10 anos (à época do vídeo); a UHE Peixe-Angical (TO),

em fase de construção, e a UHE Estreito (MA) (nosso objeto) que à época passava pelo processo de Licença Ambiental Prévia pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Em cada fase, os ribeirinhos vivem um dilema diferente em relação a cada barragem.

No primeiro caso, os atingidos relatam as consequências para a comunidade local de uma barragem há mais de dez anos em operação: degradação do meio ambiente, doenças, contaminação das águas por mercúrio (pois no local funcionava uma mina de extração de pedras preciosas) e injustiças no processo de indenização. No segundo, eles relatam a luta por indenizações justas. E no terceiro, a UHE Estreito, as incertezas e angústia quanto ao projeto de uma usina que em breve seria realidade.

O vídeo tem início com a explicação sobre formação geográfica do rio Tocantins, sua nascente nas proximidades de Brasília, percorrendo 2.600km, passando pelos estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará e desaguando no mar, em Belém (PA). A partir do *off* explicativo a seguir, a narrativa tem sequência com os diversos relatos e testemunhos dos moradores dos municípios atingidos pela UHE Estreito.

Hoje existem cinco usinas já construídas no rio Tocantins: Tucuruí, Serra da Mesa, Lajeado, Cana Brava e Peixe - Angical. Até 2020 mais sete usinas serão construídas no rio Tocantins. Serão 12 usinas ao longo do rio com 12 grandes lagos. Cada usina afoga em média 180 km de rio. Ao final restarão poucos quilômetros de rio entre um lago e outro. A próxima usina a ser construída é a de Estreito. Os atingidos pela futura usina estão contra (TOCANTINS, 2005).

A narrativa neste documentário é construída por testemunhos fragmentados, recortes selecionados e extraídos da entrevista da gravação completa. Sobre o fragmento, Calabrese (1987) define que ele não traça uma fronteira delineada e específica; é um recorte, uma interrupção, uma reconstrução: “O fragmento deixa-se ver pelo observador tal como é, e não como um fruto de uma ação do sujeito” (CALABRESE, 1987, p. 88).

O testemunho, segundo Ricoeur (2007), é originalmente oral, escutado, constitui uma sequência narrativa à memória declarativa. “O testemunho nos leva, de um salto, das condições formais ao conteúdo ‘das coisas do passado’ (*praeterita*), das condições de possibilidade ao processo efetivo da operação historiográfica” (RICOEUR, 2007, p. 170). O processo do testemunho, segundo ele, tem início no nível da percepção de uma cena vivida, passa pelo nível da retenção da lembrança e, então, pelo nível declarativo de reconstituição dos acontecimentos.

A especificidade do testemunho, para Ricoeur, é a assertiva “eu estava lá”. O sujeito se autodesigna testemunha e, mais que isso, ele pede que lhe dêem crédito. “A autenticação

do testemunho só será então completa após a resposta em eco daquele que recebe o testemunho e o aceita” (RICOEUR, 2007, p. 173). E classifica, ainda, como “testemunha confiável”, sendo aquela que pode manter seu testemunho no tempo. Relatos a partir dessa noção de testemunho é que serão considerados nesta análise.

Certeau também propõe uma luta contra os esquecimentos, que pode ser travada ao se estudar os relatos e lendas que povoam os espaços urbanos. “Os relatos se privatizam e se escondem nos cantos dos bairros, das famílias, ou dos indivíduos” (CERTEAU, 1994, p.188-189). As cidades seguem a lógica da “tecnoestrutura”, exterminando árvores, contidas nos bosques, que por sua vez continham os cantos e as lendas, tornando-se lugares de uma “simbólica do sofrimento” (CERTEAU, 1994). Assim, uma exploração dos “desertos da memória”, resgatando as “reliquias verbais” das histórias perdidas, os gestos opacos, os resíduos e detritos do mundo em fragmentos de “lugares semânticos dispersos”, poderiam remontar os relatos como bricolagens.

Entre muitas outras, essas observações apenas esboçam com que sutil complexidade os relatos, cotidianos ou literários, são nossos transportes coletivos, nossas *metaphorai*.

Todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço (CERTEAU, 1994, p.200).

Os relatos indicam o memorável, “a memória é o ‘antimuseu’: ela não é localizável” (CERTEAU, 1994, p.189). As lembranças fragmentárias, soltas, isoladas, quebra-cabeças que iluminam detalhes esquecidos no silêncio, “tempos empilhados”. Para Certeau, são, portanto, os relatos que devem reconstruir a memória perdida nos espaços das cidades. E falando-se de aqui de cidades submersas pelas águas, esses relatos, que encontram refúgio na materialidade de um vídeo, que se tenta acessar.

2. A UHE Estreito: contexto e sujeitos

Antes de perceber os relatos de memória dos atingidos no documentário é oportuno fazer uma breve contextualização da UHE Estreito, inaugurada em 2012, sete anos após a gravação do documentário.

Construída no rio Tocantins, é situada nos estados do Maranhão e Tocantins, com reservatório alcançando 400 km² de terras inundadas de abrangência em 12 municípios desses dois estados: Estreito e Carolina, no Maranhão, e Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins, no Tocantins. Sob responsabilidade do Consórcio Estreito Energia (Ceste), formado pelas empresas multinacionais GDF Suez-Tractebel Energia, Vale, Alcoa e

Intercement, a Usina teve investimento na ordem de R\$ 5 bilhões e compõe uma das grandes metas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 na área energética do país desta década. O processo de instalação do empreendimento foi marcado por diversos conflitos e despertou o debate na imprensa sobre as questões relativas aos impactos trazidos a nível local (questões ambientais, socioeconômicas e territoriais), assim como o potencial desenvolvimento para a matriz energética brasileira gerado pela barragem.

A história da UHE Estreito começa muito antes do início de sua construção. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, ela foi relacionada como um empreendimento de geração de energia elétrica necessário para atender ao aumento da demanda nacional já no final da década de 1990, no Plano Decenal de Expansão da oferta de energia elétrica (2000/2009). Em julho de 2002, as empresas Suez Energy South America Participações Ltda., BHP Billiton Metais, Vale, Alcoa Alumínio S.A. e Camargo Corrêa Energia venceram o leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para a implantação da Usina. Ainda em 2002 foi realizada a primeira rodada de audiências públicas nas Cidades de Carolina e Estreito, no Maranhão, e Babaçulândia, Filadélfia e Aguiarnópolis, no Tocantins; realizadas novamente no ano de 2005.

As audiências públicas de 2005 nos municípios de Carolina (MA) e Filadélfia (TO) foram registradas no documentário em análise. Na ocasião foram captados testemunhos tais como: “Nós não queremos acreditar que o Ibama vai conceder essa Licença. Eu quero dizer que o povo ribeirinho já estão sofrendo só por ver os comentários da construção da barragem porque eles estão conscientes que as indenizações que eles vão receber não dá pra levar a vida” (*sic*) (TOCANTINS, 2005) e também “Até agora todas as barragens que foram planejadas no Tocantins foram construídas. Começa de Serra da Mesa, Cana Brava, Lajeado e Tucuruí, eu tô mentindo? E parece que esse aí vai sair também porque se depender do Ibama tudo já tá prontinho” (*sic*) (TOCANTINS, 2005). Ambos os depoimentos não têm os créditos nomeando os sujeitos que falam, são vozes anônimas problematizando as dificuldades que seriam enfrentadas pelos atingidos.

O Ibama emitiu em 2005 a Licença Ambiental Prévia - atestando a viabilidade técnica e ambiental da UHE Estreito e, em 2006, a Licença de Instalação, autorizando o início da construção da Usina. Em 2008 foram iniciadas as obras civis. O rio Tocantins começou a ser desviado em 2009; em 2010 o Ibama emitiu a Licença de Operação, autorizando o início do enchimento do reservatório da UHE Estreito, e no mês de novembro o então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, acionou o fechamento da primeira comporta do

vertedouro, simbolizando o início do enchimento do reservatório. A UHE Estreito foi inaugurada em outubro de 2012, quando a presidenta da República, Dilma Rousseff, acionou simbolicamente a oitava unidade geradora. Assim, a Usina passou a oferecer sua capacidade total de 1.087 MW de energia. A energia gerada pela UHE é distribuída por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN), sistema operado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Observa-se que os diversos sujeitos e atores sociais que fazem parte do processo de instalação da UHE Estreito vivenciam um campo conflituoso, de forças, de interesses opostos, onde negociações e acordos passam por relações de poder, também de estratégias e táticas.

Por três vezes foram movidas ações públicas contra o Consórcio Estreito Energia, duas delas paralisaram as obras de Estreito, mas os réus recorreram e a construção foi retomada - uma movida por Centro Indigenista Missionário (Cimi) e Movimento dos Atingidos Barragens (MAB) em 2007 e outra pelo Ministério Público Federal (MPF), em 2008 (REPÓRTER BRASIL, 2008). Ambas as ações questionavam os Estudos de Impactos Ambientais (EIA/RIMA), por considerarem ausência das áreas indígenas nos estudos, entendendo que seriam atingidas as Terras Indígenas Apinajé e Krahó, no Tocantins, e Krikati e Gavião, no Maranhão. Foram recorrentes também invasões ao canteiro obras da Usina, como a dos manifestantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), acampando no empreendimento em março de 2008 (CLEMENTE, 2016).

Ao colocar-se em questão o complexo campo de poder que a instalação de usinas hidrelétricas está inserida, de negociações, acordos e jogos de forças, vem à tona também a percepção sobre a visibilidade que tais diferentes sujeitos, que fazem parte desse processo, têm nos processos de tomada de decisão ou mesmo no debate midiático, em que reverberam essas múltiplas vozes. (CLEMENTE, 2017, p.111).

É válido considerar também que essa tensão entre os sujeitos envolvidos e legitimação de suas ações e conquistas passa muitas vezes pela esfera pública da visibilidade da comunicação, pela legitimação de suas vozes, pelos discursos que os constituem sujeitos. Arendt (2007) considera a necessidade de conhecer esse sujeito, de dar voz a ele: “o ato humano primordial e especificamente humano deve, ao mesmo tempo, conter resposta à pergunta que se faz a todo recém-chegado: ‘quem és?’” (ARENDR, 2007, p.191). Ter conhecimento da resposta a essa pergunta requer também ouvir esse recém-chegado.

3. Relatos do homem comum

Michel de Certeau (1994), em sua obra “A Invenção do Cotidiano”, redescobre um herói sem nome, que é cada um ao mesmo tempo e ninguém, o homem comum (ordinário), que protagoniza o cotidiano nas duas suas práticas diárias da cidade. Para ele, “o enfoque da cultura começa quando o homem ordinário se torna o narrador, quando define o lugar (comum) do discurso e o espaço (anônimo) de seu desenvolvimento” (CERTEAU, 1994, p.63).

Tendo em vista que no noticiário jornalístico e junto à formação da opinião pública têm mais espaço e preferência as fontes oficiais: o empreendedor, o Estado e seus agentes (CLEMENTE, 2016), busca-se nesta análise por observar como, no documentário, esses homens e mulheres comuns, ordinários, tecem a narrativa e protagonizam um enredo que aglutina impressões pessoais, relatos de suas memórias afetivas, ao mesmo tempo que problematizam as grandes discussões que envolvem a construção de barragens no país.

Analisa-se agora os relatos desses sujeitos, suas impressões captadas num recorte histórico do ano de 2005, antes da instalação da usina se concretizar; suas incertezas quanto ao futuro e traços subjetivos de sua relação com o rio Tocantins, com o espaço físico que seria em breve modificado e suas fraquezas frente à grandiosidade do empreendimento, que em breve sairia do projeto para se tornar realidade. Selecionou-se para a análise relatos de seis testemunhas moradores do entorno do rio.

Figura 01: Atingidos no documentário “Tocantins: Rio Afogado”: Dalcivan Rocha, Maria Zelia, Raimundo Vicente, Alberto Harpyhy, Maria Barros e Dora Sousa.



Fonte: Compilação pelos autores. Documentário Tocantins: Rio Afogado, 2005

O primeiro relato selecionado para esta análise é do morador do município de Filadélfia (TO), Dalcivan Rocha:

O primeiro impacto ambiental pra nós é o fato de inundar todas, ou seja, as melhores terras que nós temos no nosso município [...] esse é o primeiro impacto, um impacto grande ambiental, que está diretamente ligado à sobrevivência de uma série de pessoas. O segundo impacto será o social, o afastamento dessas pessoas do seu cotidiano, que vem de longas datas. Pessoas que não têm hábito nem vontade de morar fora dos seus redutos, das suas regiões, que produzem ali há muitos anos; nunca enricaram, mas também nunca passaram fome nem ficaram pobres. São pessoas que estão vivendo durante cem, duzentos anos, que vivem sobrevivendo do que realmente é o rio: ele sobe, eles sabem onde produzir; ele desce, eles produzem melhor aproveitando as vazantes. Nós sabemos que vem um lago, sabemos que vai atingir nossa região. Nós sabemos que vai afastar só no nosso município mais de mil moradores, nós sabemos que vão indenizar sim, vemos falar, mas não sabemos de que maneira. (TOCANTINS, 2005).

O morador Dalcivan aponta primeiramente a questão dos impactos ambientais e sociais. Vale lembrar que para que sejam emitidas licenças ambientais e a permissão para construir usinas hidrelétricas é necessária a realização do chamado Estudo de Impactos Ambientais (EIA). No caso da UHE Estreito, o EIA foi realizado em 2001, pela empresa CNEC Engenharia como condição para emissão da Licença Prévia pelo Ibama. Esse documento aponta, no quesito “impactos socioambientais”, que a UHE Estreito resultaria num saldo inicial de 5.937 habitantes atingidos, compreendidos em 268 famílias da zona urbana e 1.019 famílias da zona rural. Registra, também, impactos sobre 301 imóveis urbanos atingidos e 909 imóveis rurais. O Estudo reconhece e avalia os impactos ambientais e sociais para a região: “A intervenção sobre o espaço físico para implantar a UHE Estreito (TO/MA) atinge também o espaço social constituído, provocando, de modo considerável, alterações no cotidiano da população residente nas proximidades do empreendimento” (CNEC, 2001, p.67).

Dalcivan destaca também a íntima relação dos moradores ribeirinhos com o ritmo natural do rio, de cheias e vazantes, permitindo o plantio nas terras férteis à beira do rio. Com a construção do reservatório, 400 km² de terra foram inundados e as famílias remanejadas para outras áreas. O morador explana a certeza de que mudanças iriam ocorrer, mas demonstra insegurança e dúvida quanto aos procedimentos, o “como” se daria o processo, era esse o sentimento predominante àquele momento. Outro relato selecionado foi o da quebradeira de coco babaçu, do povoado de Palmatuba, localizado no município de Babaçulândia- TO. De acordo com o EIA, “o enchimento do reservatório causará a inundação total do povoado Palmatuba, pertencente ao município de Babaçulândia” (CNEC, 2001, p.126). Maria Zélia dá o seu relato enquanto continua exercendo sua atividade laboral, atrás de uma enorme pilha de coco babaçu: “esse rio se nós ficar sem ele é igual ficar assim sem um parente, igual um parente quando morre. Nós só não briga porque a gente não tem força,

se nós tivesse um grupo, nós brigava mesmo porque nós temos que brigar porque é nosso” (sic) (TOCANTINS, 2005).

O coco babaçu era principal fonte de renda das mulheres de Palmatuba-TO antes do enchimento do reservatório. O babaçu é fruto de uma palmeira que costuma atingir até 20m de altura, comum em alguns estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Do fruto são extraídos amêndoas para produção de leite e óleo do babaçu; da casca, se produz o carvão; as palhas da palmeira são utilizadas na construção de casas. Também são produzidos sabonete e outros cosméticos, assim como artesanato das palhas e casca da palmeira. Um quilograma da amêndoa do coco custa, em média, R\$0,50 centavos. É uma atividade manual intensa, quase exclusivamente feminina e passada tradicionalmente por gerações de mãe para filha.

O depoimento e situação das quebradeiras como Maria Zélia pode ser lido também a partir do entendimento de Hannah Arendt sobre a *Vita Activa* e o fazer humano, em “A condição Humana” (2007, p.15), em que ela analisa as três atividades básicas da vida humana: Labor, Trabalho e Ação. Em resumo, o Labor tem um estatuto de naturalidade, de necessidade vital de sobrevivência; assegura a existência da espécie; tudo que é produzido é consumido, por isso é repetido circularmente. Já o Trabalho garante a durabilidade do mundo, é o artificialismo da existência humana, a mundanidade. Tem um caráter cultural e seu objetivo é construir um mundo artificial que funcione; situa-se oposto ao Labor porque o seu processo artificial é acabado e fechado, encerra-se na finalização do objeto. No entanto, no caso da atividade cultural das quebradeiras de coco Labor e Trabalho são imbricados, o processo não se encerra na finalização do produto, ele continua dia após a dia, geração após geração num ciclo contínuo.

A Ação, por sua vez, ainda segundo Arendt, pressupõe pluralidade; só se realiza na relação com o outro, é coletiva, interpessoal e intersubjetiva. É uma atividade dos homens livres na esfera pública, não pode se executar na esfera íntima. Maria Zélia aponta a necessidade de um grupo para brigar pelo que pertence a elas; a Ação (no conceito de Arendt) ainda não se exercia enquanto possibilidade de luta por direitos e conquistas e de discurso. “Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano, enquanto suas identidades físicas são reveladas, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz” (ARENDT, 2007, p. 192). O enchimento do reservatório e o alagamento dessas terras significa para comunidade também uma mudança no seu próprio fazer humano,

nas suas relações com o trabalho, com o território, com a tradição, com a sua própria voz e a forma de viver.

Babaçulândia-TO foi o município mais atingido pela Usina, com cerca de 193 imóveis atingidos e uma área de 7.286 hectares alagada, previsto no EIA (2001). “Trata-se de um impacto de natureza negativa causado diretamente pelo empreendimento, cuja duração é permanente, sendo também localizado, irreversível, de ocorrência certa e imediata” (CNEC, 2001, p.126). Raimundo Vicente, morador da Ilha de São José, no município, mais tarde praticamente desapareceria submersa pelas águas do reservatório, já se posicionava a respeito do empreendimento:

Eu não posso ser a favor da barragem porque a barragem eu não encontro nenhuma utilidade que vem aqui pra nossa região. Eu conheço diversas partes, as ilhas, as ilhas tudo habitadas, são habitadas de babaçu, habitadas de criação. Aqui nós temos nossa lavoura que produz diariamente. Essa barragem vai acabar com tudo, com tudo completamente e agora o que vamos fazer? Além da terra, essa natureza que a gente muito ama. Um velho que nem eu que posso dizer fui acabado de criar aqui, cheguei aqui com a idade de 12 anos e tô com a idade de 66 anos conheço muito bem o modo de se labutar aqui e o amor que todos nós tem aqui. Dinheiro nenhum nos vai pagar, a indenização, dinheiro nenhum paga nem a nossa amizade que a gente tem com a terra quem dirá o valor da terra, da criação e da produção (sic). (TOCANTINS, 2005).

Em seu relato, além do valor monetário da propriedade, Raimundo Vicente problematiza fatores mais subjetivos como o apego e amor à terra, imensuráveis no quesito que compõe o valor da indenização no processo de desapropriação e remanejamento das famílias atingidas. “A desapropriação é o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por justa indenização” (CNEC, 2001, p.88). Nos termos do art. 10, da Lei 9.074/95, com a redação dada pela Lei 9.648/98, “cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários, permissionários e autorizados de energia elétrica”.

Vainer (2007), no artigo “Conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes”, coloca em questão as abordagens sobre o termo “atingido por barragem”. Explica que não é definido somente por vieses técnicos ou econômicos, mas que, sobretudo, é um conceito em disputa, que diz respeito à legitimação e ao reconhecimento de direitos e demandas.

Estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a

abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa (VAINER, 2007, p.01)

Desde 26 de outubro de 2010, com o Decreto Nº 7.342, a ferramenta utilizada pelos estudos hidrelétricos que define quem é ou não considerado atingido é o Cadastro

Socioeconômico realizado com os moradores das áreas afetadas: “Art. 1º Fica instituído o cadastro socioeconômico, como instrumento de identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica”.

No caso da Usina de Estreito, o processo de reconhecimento do sujeito como atingido e o consequente direito a uma compensação, foi motivo de diversas tensões entre os moradores das áreas direta e indiretamente atingidas do reservatório e o Consórcio responsável pelo empreendimento. O plano de remanejamento do Ceste incluiu aos atingidos as opções de: aquisição, que é a compra do imóvel; o reassentamento (loteamento) coletivo rural e urbano, a carta de crédito rural e urbana e o lote urbano.

Sobre a relação do homem com o território em que habita, Milton Santos (1987) pontua que nela perpassa também a questão da cidadania.

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende se sua localização no território. O seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço). Independentes de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está (SANTOS, 1987, p. 81).

A relação mais umbilical entre o homem e o seu território nem sempre encontra espaço na legislação e nas negociações e acordos entre o empreendedor e os atingidos e torna complexo o processo indenizatório e de remanejamento dos atingidos por barragens.

Outro impasse no contexto da UHE Estreito foi a inclusão dos povos indígenas Apinajé, Gavião Krikati e Krahó nos Estudos Ambientais. O reconhecimento de suas terras como atingidas foi fruto de um processo polêmico e de discussão entre diversas instituições como Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério Público, Ibama e Ceste. Pertencente ao povo Krahó, o indígena Alberto Harpyhy dá o seu relato, no documentário, com seu ponto de vista e impressões sobre usina:

Essa é uma preocupação que a gente tá tendo, nós indígena, com o pensamento que o branco tá trazendo. Eles quer trazer desenvolvimento pro nosso país, né? Mas eu fico pensando se não tem um outro jeito de trazer o desenvolvimento pro nosso país ser ter tantas mil barragens que tem no Brasil e ainda é mais construindo barragem. Tudo que é construído em torno da nossa área, a gente não é comunicado, não é consultado nada. As coisas é feito sozinho como se fosse daquela nação. O Brasil não tá sendo só do branco não. O Brasil também é

o do índio. Como na história que hoje as pessoas falam: o índio é o primeiro brasileiro, o segundo brasileiro somos nós. Mas o segundo, nessas horas assim, não consultam o primeiro brasileiro se pode fazer ou não. As coisas tá sendo feito sozinho como se eles fossem dono sozinho né? A gente é dono também (sic) (TOCANTINS, 2005).

Alberto Harpyhy discute sobre o modelo de desenvolvimento que vem sendo conduzido no país e coloca em xeque a escolha da construção de usinas hidrelétricas como a melhor opção.

De acordo relatório de fiscalização da ANEEL, que apresenta a atualização do Parque Gerador do Brasil até o dia 31 de dezembro de 2014, a capacidade instalada no Brasil em 2014 chegou a 133,9 mil megawatts (MW) provenientes de 202 Usinas Hidrelétricas, 1935 termelétricas, 228 eólicas, 02 usinas nucleares, 487 Pequenas Centrais Hidrelétricas, 497 Centrais Geradoras Hidrelétricas e 311 usinas solares. A maior potência é proveniente de usinas hidrelétricas (62,80%), seguida de termelétricas com 28,25%, e das Pequenas Centrais Hidrelétricas, com 3,58%. Compõem ainda a matriz 1,49% de potência de usinas nucleares, 3,65% de eólicas, 0,23% das centrais geradoras e a menor porcentagem (0,01%) é proveniente de geradora solar fotovoltaica.

Nota-se por esses dados da ANEEL que fontes de energia como a eólica e a solar (que a princípio causariam menos impactos socioambientais que as demais) ainda são insipientes no país (representam 3,65% e 0,01%, respectivamente, do total da energia produzida); cabendo ao carro chefe da produção de energia (62,80%), a de origem hidrelétrica, ainda assim, considerada por parte da literatura como uma energia limpa e renovável que causa relativos e contornáveis impactos.

Sobre a concepção de desenvolvimento a qual Alberto Harpyhy questiona, também vem sendo discutida por diversos cientistas ao longo de várias décadas. Celso Furtado (2004) sintetiza o pensamento de que para haver de fato desenvolvimento é necessário que haja um projeto social subjacente. “Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento” (FURTADO, 2004, p.484).

O indígena, em seu depoimento, traz à tona, ainda, a relação índio/ homem branco estabelecida desde o período colonial e que ainda nos dias atuais implica em relações de poder, disputa pelo espaço, pela liberdade de escolha e de tomada de decisões.

No relato de outra ribeirinha, Maria Barros, também são expostas as angústias e incertezas quanto à concretização do funcionamento da usina: “O que acho é que não vem nada bom não. Na minha gestão só vem o que é ruim, mas a palavra da gente não vale coisa nenhuma se é que eles querem fazer. Que que adianta a gente dizer que não quer se passam por riba de todos os dito?” (*sic*) (TOCANTINS, 2005). Maria Barros expressa seu sentimento de fragilidade e de desigualdade de forças que sente na luta travada contra um empreendimento grandioso e imponente. Ela reconhece que nessa disputa de poder entre os atores envolvidos o atingido encontra poucas ferramentas para ser ouvido e ser atendido. Ela corrobora o nome e ideia fio condutor do documentário, de um rio afogado, externando seu sentimento em relação ao rio e sua perspectiva pessimista para o futuro:

A saudade, as lembranças, isso não vai apagar nunca no meu coração, só em pensar até choro. Convivi demais com o rio. Não tô mais convivendo porque não tenho mais muita coragem de ir lá em baixo, mas daqui tô matando minha saudade de olhar pra ele toda hora, vai acabar tudo né? Vai acabar o nome de rio Tocantins, rio afogado e morto também porque ele não significar mais nada (*sic*) (TOCANTINS, 2005).

O último relato selecionado é uma espécie de recado dado por Dora Sousa, atingida pela Usina Hidrelétrica Cana Brava, aos atingidos pela UHE Estreito:

Eu tô mandando esse recado para os futuros atingidos da barragem de Estreito. Aconselharia a eles a permanecer organizado e lutando e buscar experiência, conhecer outras regiões onde já foram atingidas, conversar com pessoas que já foram atingidas pra eles ter mais experiência e saber como se organizar. A hora de brigar é antes de construir porque depois dela construída, depois do lago pronto fica muito mais difícil, igual está sendo muito mais difícil aqui pro pessoal do estado de Goiás, da usina de Cana Brava (*sic*) (TOCANTINS, 2005).

A partir do exemplo e da experiência de outra hidrelétrica, Dora alerta os afetados pela UHE Estreito para a possibilidade de luta por garantia de direitos, de organização corporativa; de realização de táticas em resistência às estratégias instituídas pelos empreendedores. Certeau (1994) indica também que esse sujeito cotidiano oferece uma sorrateira resistência à opressão das instituições sociais.

4. Considerações

Os seis relatos do documentário nos permitiram observar as impressões dos atingidos em um recorte temporal específico, o ano de 2005. Sete anos após o registro daqueles depoimentos, a usina não seria mais um projeto, já se tornara realidade, alterando também o fluxo da vida dos moradores. As impressões, angústias e depoimentos das testemunhas compuseram a linha narrativa do enredo do videodocumentário e cumpriram, segundo esta análise, uma dupla função: a de relato de memória afetiva dos ribeirinhos com o rio e com a terra e a de problematizar as discussões que envolvem o processo de construção de barragens.

Processos estes que não são estanques, que sofrem alterações nas legislações, na forma como são conduzidos e como concebem esses atores sociais ao longo do curso da história.

Destaca-se também que compreender que essas relações de poder, que permeiam o contexto de instalação de barragens, exercidas em rede e difusas no tecido social, guardam também a possibilidade de produção de saber: “o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento” (FOUCAULT, 1997, p.32). Enquanto sujeitos do discurso, da ação, esses protagonistas do cotidiano podem agir produtivamente em prol de suas conquistas e reorganizar seu mundo e modo de viver.

E reitera-se que essas vozes, que não encontram espaços nos principais suportes da grande mídia, guardam enquanto relatos no suporte analisado a capacidade de registro de memória de um dado tempo e lugar, de “tempos empilhados” e de um lugar submerso, mas que se reconfigura em um novo cenário e de luta cotidiana para adaptação de uma nova forma de viver, agir, trabalhar e de se fazer ouvir.

REFERÊNCIAS

- ANEEL. **Relatório de fiscalização do Parque Gerador do Brasil 2014**. Brasil: Aneel, 2014.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CALABRESE, O. **A idade neobarroca**. Tradução: Carmen de Carvalho e Artur Morão. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CLEMENTE, L. **Vozes em Movimento**: os sujeitos no debate sobre a Usina Hidrelétrica Estreito. Dissertação de Mestrado em Comunicação UNIP, São Paulo, 2016, 165p.
- CLEMENTE, L. LONGHI, C. Vozes dos atingidos pela usina Hidrelétrica Estreito: formações discursivas na comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragens. In: **Revista Cultura e Sociedade**. Vol. 39. N. 2. p. 103-127, maio/ago. 2017
- CNEC Engenharia S. A., **Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica de Estreito**. São Paulo, 2001.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 11ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. In. **Revista de Economia Política**. Vol. 24, n.4 (96) out-dez 2004, p. 483-486.

NICHOLS, B. **Introdução ao documentário**. Campinas, SP: Papirus, 2005.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François et al. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

TOCANTINS: Rio Afogado. Direção: H. BRITO; J. L. N. BRITO. Brasil: Cultura, 2005. DVD. 55 min.

UHE Estreito: Atingidos pelas obras de usina hidrelétrica enfrentam incertezas. **Repórter Brasil**, 04 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

VAINER, C. **Conceito de atingido**: uma revisão do debate e diretrizes. Disponível em <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicações>. Acesso 02 de maio de 2014.